



Na Mídia

14/10/2024 | [Valor Econômico](#)

A partir de agora, uma negociação nada fácil

Para que a proposta do Ministério da Fazenda de regular as “big techs” prospere no Congresso, o governo precisa negociar com grandes empresas de tecnologia e parlamentares

Cynthia Malta

A partir de agora, o governo Lula terá que iniciar uma grande costura, com grandes companhias de tecnologia e parlamentares, para que a proposta anunciada pelo Ministério da Fazenda de regular as “big techs” prospere no Congresso.

O lobby de grandes empresas de tecnologia já mostrou sua força no ano passado, quando conseguiu enterrar o projeto de lei de combate às “fake news”.

Agora, abre-se uma nova frente com a proposta da Fazenda de criar novas regras, a serem discutidas no Congresso, para evitar que “big techs” atuando no país operem de forma a prejudicar a concorrência.

Não será uma negociação tranquila. Ontem mesmo, após a Fazenda expor sua proposta, a Câmara Brasileira da Economia Digital (camara-e.net), que reúne empresas estrangeiras e nacionais, afirmou que não precisa de uma nova regulação pois tem “arcabouço regulatório e jurisprudência robustos, flexíveis e eficazes para enfrentar desafios concorrenciais, inclusive no chamado “mercado digital”.

Advogados especializados em defesa da concorrência ouvidos pelo Valor, como Bruno Drago, sócio do Demareste, e Marcela Mattiuzzo, sócia do VMCA, avaliam a proposta da Fazenda como sensata. A ideia de apontar o Cade como órgão mais capacitado para estabelecer e implementar a regulamentação faz sentido.

Estabelecer critérios de classificação de quais empresas devem ser monitoradas pelo órgão antitruste, com o objetivo de eleger um grupo restrito - justamente, as grandes companhias com posição dominante em seus mercados - também é uma medida elogiada pelos especialistas.

Dessa forma, ao monitorar poucas companhias, exigindo que cumpram determinadas regras, a tarefa do órgão regulador fica, teoricamente, mais fácil - atuar “ex-ante”, como na União Europeia, em vez de “ex-post”, quando o dano já foi feito.

A camara-e.net discorda: “Uma nova regulação ex-ante [...] poderia sufocar a competitividade e impactar negativamente a qualidade dos serviços digitais e os preços para os consumidores.”

Na União Europeia, que tem uma nova lei para mercados digitais desde março deste ano, os reguladores decidiram focar em sete empresas - Alphabet (controladora do Google), Amazon, Apple, Booking, ByteDance (dona do TikTok), Meta (Facebook, Instagram e WhatsApp) e Microsoft (dona do LinkedIn).

No Brasil, com a parte técnica da proposta encaminhada e vista como positiva por especialistas, o desafio maior, então, estaria na seara política. Negociar com todas as partes envolvidas. E essa discussão não deve ser dar apenas com parlamentares e as empresas, mas também com Casa Civil e Anatel, por exemplo. A Agência Nacional de Telecomunicações chegou a reivindicar para si a missão de comandar o trabalho de regular e fiscalizar as operações de grandes plataformas.